

GREVE DOCENTE FEDERAL



QUEM MANDOU MATAR MARIELLE?

Governo **desrespeita docentes federais** e assina acordo à revelia da categoria. Greve continua!

Págs. 3 a 5



Setor das Iees, Imes e Ides - Semana de Lutas mobilizou docentes em todo o país
Págs. 6 e 7

Protestos em solidariedade ao povo palestino tomam universidades no mundo inteiro
Págs. 10 e 11

No âmbito de nossa entidade é importante bradar que o ANDES-SN está em greve. Esta é a afirmação que marca a atual quadra das lutas encampadas pela categoria docente e que baliza a agenda de mobilizações empenhadas nos setores das Federais e das Iles, Imes e Ides. A heróica luta dos professores e professoras das estaduais cearenses vem enfrentando a criminalização de primeira hora promovida pelo governo Elmano de Freitas (PT-CE). Este, não só judicializou a greve como reclamou o corte de ponto e aplicação de multa tanto nas entidades representativas das e dos grevistas, como também de seus dirigentes. A luta no Ceará se soma à luta nas estaduais em Minas Gerais, Pará, Paraíba, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. A semana de lutas das Iles, Imes e Ides marcou nesse período a importância da articulação destas lutas, suas particularidades e horizontes.

A greve no âmbito federal saltou aos olhos como a mobilização paredista que impulsionou um grande número de IFEs na base do ANDES-SN, chegando na perspectiva de começar o mês de junho com um total de 62 instituições federais paralisadas. Este processo se soma às greves da Fasubra e Sinasefe

em um grande movimento dos servidores públicos federais da educação lutando por recomposição orçamentária das IFEs e remuneratória, estruturação de carreira, direitos de aposentados e aposentadas e revogação de medidas restritivas de direito instituídas desde o golpe de 2016.

A referida greve passa por um de seus momentos mais decisivos. Este resulta, de um lado, de seu vigor e a imposição de deslocamento do governo quanto a apresentação de suas propostas à categoria, que reiteradamente rejeitou em assembleias de base as proposições patronais. A posição do governo Lula no processo negocial foi marcada por uma postura intransigente, desrespeitosa e repleta de atos antissindicais contra os servidores e servidoras da educação federal.

As práticas governamentais culminaram com a assinatura de um acordo viciado, firmado com entidade burocrática sem representatividade ou legalidade, a Proifes. Lido como um disparate farsesco, o ato não impediu a continuidade da greve docente, que segue em uma crescente, somando novas seções sindicais. A construção de ações em escala nacional no dia 3 de junho marcará um grande dia de lutas em defesa da educação pública,

marco central na demarcação de forças de nosso movimento contra as políticas de austeridade encampadas por Lula, Alckmin, Haddad, Dweck e Santana.

As lutas de nossa categoria se somam a outras no contexto universitário em escala global, merecendo destaque as ocupações nas universidades estadunidenses em solidariedade ao povo palestino, que convulsionaram o coração da ordem capitalista ao expor as contradições da agência do imperialismo no Oriente Médio.

Não só de lutas o último período se viu marcado. A catástrofe socioambiental experimentada pela população do Rio Grande do Sul revela-nos a importância de denúncia e enfrentamento a todas as mazelas destrutivas proporcionadas pelo modo de produção capitalista, que com sua sanha apropriatória, proporciona um rastro de destruição sobre o trabalho e a natureza, ensejando um crescente número de eventos climáticos extremos, estes com intensidade cada vez mais voraz. A luta sindical, ainda que não única, é também uma das fundamentais formas a dar embates a esse caráter destrutivo do capital, para além da articulação da necessária solidariedade classista que reclamam nossas irmãs e irmãos gaúchos

Lula,

NEGOCIA JÁ!

Orçamento • **Reajuste** • **Carreira** • Revogaço • Aposentadoria

EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // Site: www.andes.org.br // E-mail: imprensa@andes.org.br

Diretor Responsável: Fernando Lacerda Júnior

Editor-Chefe: Luciano Beregeno MTb 07.334/MG

Edição e Revisão: Luciano Beregeno (versão digital), Renata Maffezoli MTb 37322/SP (versão impressa)

Jornalistas: Bruna Yunes DrT 9045/DF, Renata Maffezoli

Diagramação, revisão e arte final: Silas William Vieira // Fotos: Eline Luz/ANDES-SN

Governo desrespeita docentes federais e assina acordo à revelia da categoria

Após docentes federais em greve rejeitarem, por ampla maioria, a proposta de acordo e o ultimato impostos pelo governo federal, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) noticiou, na noite de 27 de maio, a assinatura de um termo de acordo com a Proifes, entidade sem registro sindical e sem legitimidade junto à categoria docente do magistério superior e do Ensino Básico Técnico e Tecnológico.

Antes de firmar o acordo com a entidade cartorial, na tarde da segunda-feira (27), integrantes do MGI receberam representantes dos comandos nacionais de greve (CNGs) e das diretorias do ANDES-SN e Sinasefe, que apresentaram as contrapropostas elaboradas pelos CNGs. A Proifes não estava presente.

Na ocasião, com deboche e desrespeito, o secretário de Relações do Trabalho José Lopez Feijóo reafirmou a política defendida pela ministra Esther Dweck e pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de que não havia mais margem para negociação nem reajuste em 2024, e que assinaria o acordo com a Proifes, mesmo à revelia das professoras e professores em greve. Ao ser indagado sobre essa prática autoritária e antissindical, que contraria a sua própria história e do presidente Lula, Feijóo afirmou, em tom irônico, que “daria esse tiro no pé”.

Marcante na reunião foi a ausência de representação do MEC, revelando o

descaso do ministro Camilo Santana. A falta de consideração do governo com a Educação pública contrasta com a prioridade dada para o empresariado do ensino privado.

Diego Marques, representante do Comando Local de Greve (CLG) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) no CNG do ANDES-SN, protocolou, com o secretário do MGI, um documento em nome dos Comandos Locais de Greve das universidades federais de Santa Catarina (UFSC), da Bahia (UFBA), do Goiás (UFG), do Oeste da Bahia (Ufob), do Rio Grande do Norte (Ufrn). Nesse documento, os professores e as professoras dos CLG dessas universidades, que têm entidades vinculadas à Proifes, afirmavam que a proposta do governo foi rejeitada nessas bases. “Ainda assim, o secretário Feijóo disse que o governo não se importa com a falta total de representatividade do Proifes, não se importa com o fato de que a maioria das entidades daquela ‘federação’ sejam entidades fantasmas e que vai dar um tiro no pé. Ele usou essas palavras: ‘Eu vou dar um tiro no pé e vou assinar com a Proifes, porque o limite do governo é esse’. Não tem conversa, não tem diálogo”, ressaltou Diego Marques.

Ainda segundo Marques, a Proifes não representa a categoria e não pode falar em nome desses e dessas docentes, que já manifestaram, em assembleia, a

sua vontade. “A Proifes não nos representa, não pode falar em nosso nome, não pode fazer nada que contrarie a vontade das categorias”, disse. “Nós fomos maltratados aqui no MGI, fomos tratados com ironia, com desrespeito. É uma vergonha que um governo calcado no sindicalismo, que um governo do campo popular lide assim com as demandas do nosso movimento”, concluiu, emocionado, o docente da UFBA.

Acordo não atende às demandas da categoria

O acordo firmado não atende às demandas da categoria docente. A assinatura em um golpe para tentar enfraquecer a crescente greve das e dos docentes federais.

Além de não recompor as perdas salariais de mais de 90% das e dos docentes, a proposta aprofunda a desestruturação da carreira, não traz qualquer recomposição do orçamento das universidades federais, institutos federais e Cefets e também não prevê a revogação das medidas implementadas durante o governo de Jair Bolsonaro, inclusive aquelas



sem impacto orçamentário.

No caso da recomposição salarial, em 2026, 91,8% dos e das docentes terão recomposição de 12,8% a 17,6% - o que não repõe a defasagem salarial de 22,71% acumulada desde 2016. Já o realinhamento dos steps da carreira transforma a ausência de uma carreira estruturada em mera questão remuneratória. A elevação do salário para início de carreira se dá à custa de mais uma desestruturação.

Já excluídos e excluídas, em grande maioria, do termo que reajustou os benefícios, as e os docentes aposentados também não terão qualquer aumento da remuneração em 2024. Além disso, o acordo não contempla o reposicionamento daqueles e daquelas na carreira, aumentando as disparidades com docentes na ativa.

De todos os ataques que a categoria docente e a Educação Federal sofreram nos últimos quatro anos do governo de Jair Bolsonaro, o acordo assinado pela entidade cartorial só prevê a liberação do controle de ponto eletrônico, que consta da Instrução Normativa 983/2020. Todas as outras pautas do "revogaço" foram ignoradas.

Diante desse golpe, o Comando Nacional de Greve e a diretoria do ANDES-SN reforçam que a greve docente federal continua. "A reunião de ontem foi marcada pela violência. As representações do ANDES-SN e do Sinasefe levaram suas contrapropostas, demonstran-



do disponibilidade para a negociação. A posição do governo foi marcada pela inflexibilidade e até deboche. Uma postura inaceitável para um governo eleito pelo esforço do campo popular. Frente à intransigência não restou ao movimento paredista outra alternativa a não ser fortalecer a greve docente. O Comando Nacional de Greve definiu construir o Dia Nacional de Lutas em 3 de junho, pela reabertura das negociações. Seguimos firmes na luta", explicou Jorgetânia Ferreira, representante da Associação de Docentes da Universidade Federal de Uberlândia (Adufu Seção Sindical) no CNG.

"O acordo assinado pela federação fantasma Proifes afronta as decisões das bases em greve do ANDES-SN - bem

como da própria entidade burocrática - ao solapar as pretensões de recomposição salarial para o ano de 2024, mantido o zero como resposta do governo, como também por não tratar da recomposição orçamentária das instituições federais de ensino superior ou mesmo da revogação de normativas que retiram nossos direitos e que avançavam bem na negociação com o governo. Chegamos aonde chegamos por conta da greve, e entendemos que com nossa crescente mobilização podemos ainda mais. A assinatura do acordo não encerra nossa mobilização, que terá no dia 3 de junho uma importante data de lutas em todo o país," acrescentou Gustavo Seferian, presidente do ANDES-SN.



ENQUANTO DOCENTES EM GREVE LUTAVAM POR DIREITOS



E POR MAIS RECURSOS PARA UNIVERSIDADES, IFS E CEFETS



NA SALA AO LADO...

PELEGUIFES E GOVERNO FIRMAVAM A TRAIÇÃO

THE EVIL THAT MEN DO LIVES ON AND ON THE EVIL THAT MEN DO LIVES ON AND ON



FOTO: ADALBERTO MARQUES/MGI

* "O mal que os homens fazem segue vivo, o mal que os homens fazem segue vivo", tradução livre de trecho da música "The evil that men do", Iron Maiden

A GREVE CONTINUA!

Docentes realizam atividades e mobilizações na Semana de Lutas das Iees, Imes e Ides

Diversas mobilizações marcaram a Semana de Lutas do Setor das Instituições Estaduais, Municipais e Distrital (Iees, Imes e Ides), que aconteceu de 20 a 24 de maio. Professoras e professores chamaram a atenção da sociedade para a luta por recomposição salarial, mais orçamento para as universidades, concursos públicos e valorização do trabalho docente.

As e os docentes realizaram atos nos estados e em Brasília (DF), na Marcha da Classe Trabalhadora realizada em 22 de maio. Durante a semana, também foi lançada a campanha “Universidades estaduais, municipais e distrital: quem conhece, defende”, gravando vídeos do Setor das Iees, Imes e Ides, com destaque ao vídeo sobre criminalização das lutas.

Para Gisvaldo Oliveira, 3º tesoureiro e da coordenação do Setor das Iees/Imes/Ides do ANDES-SN, a Semana de Lutas é uma agenda de grande importância para o fortalecimento da luta docente em todos os estados.

“Neste ano, além das agendas locais, o Setor participou da grande Marcha da Classe Trabalhadora, visando nacionalizar as lutas das Estaduais, Municipais e Distrital. Outro aspecto marcante da Semana de Lutas deste ano são as greves que estão acontecendo em várias universidades estaduais por recomposição salarial, orçamento e melhoria das condições de trabalho. No horizonte, temos muitas lutas a construir. Seguiremos nossa dinâmica histórica de escutar

a base e realizar lutas em unidade”, afirmou.

Mobilizações pelo país

Professoras e professores em greve das universidades do Estado de Minas Gerais (Uemg), do Pará (Uepa) e a Estadual do Ceará (Uece) estiveram mobilizados durante a Semana de Lutas.

Em Minas Gerais, as e os docentes da Uemg deflagraram greve em 2 de maio por recomposição salarial e orçamentária para a universidade, melhores condições de trabalho, entre outras reivindicações. Durante a semana, realizaram atos em 19 das 22 unidades acadêmicas da universidade. O governo de Romeu Zema (Novo) se recusa a negociar e apresentar propostas à categoria em greve.

No dia 22 de maio, a Associação dos Docentes da Uemg (Aduemg - Seção Sindical do ANDES-SN) participou da Marcha da Classe Trabalhadora, em Brasília. Na ocasião, representantes da seção sindical também estiveram no Superior Tribunal de Justiça e solicitaram uma audiência para avançar no debate sobre o cumprimento do acordo de greve de 2016. Em 24 de maio, uma assembleia presencial, convocada pela Aduemg SSind., deliberou pela continuidade da greve por tempo indeterminado até que o governo abra negociações com a categoria.

Pará

A Semana das e dos docentes em greve da Uepa iniciou com a realização de uma

assembleia geral, no dia 21 de maio, em que foi feito um balanço da greve e aprovado um calendário das atividades para os próximos dias do movimento paredista. A categoria está paralisada desde 9 de maio por recomposição salarial, por uma política para docentes de Dedicção Exclusiva (DE), entre outras demandas. Apenas 25% da categoria atua com DE, o que dificulta o desenvolvimento da pós-graduação, da pesquisa e da extensão na Uepa.

Em 23 de maio, foi realizado um ato na Secretaria de Planejamento e Administração para cobrar respostas sobre o trâmite do processo de reajuste salarial de 7%. No mesmo dia, ocorreu o debate “Entre Greves - O que nós temos com isso?”, o qual contou com a participação de estudantes, demonstrando o caráter pedagógico da greve. No dia seguinte, a categoria se reuniu com o pró-reitor de Gestão e Planejamento da Uepa para dialogar sobre o financiamento da universidade. A situação apresentada pelo gestor é de insuficiência de recursos para 2024, em virtude de cortes realizados pelo governo de Helder Barbalho (MDB).

Ceará

As e os docentes das universidades estaduais do Ceará (Uece), do Vale do Acaraú (Uva) e da Regional do Cariri (Urca) realizaram atividades de mobilização entre 20 e 24 de maio defendendo a reabertura das negociações com o governo de Elmano de Freitas (PT).

A categoria está em greve desde 4 de abril por recomposição salarial de 35,7%,



Ato na Praça do Ferreira Ceará / Foto: Sinduece SSind



Votação de PL na Assembleia Legislativa da Bahia / Foto: Adufsba

melhores condições de trabalho, concursos públicos e convocação do cadastro reserva, além de melhorias e reformas na infraestrutura das universidades, e garantias de direitos para estudantes, entre outras reivindicações.

Nos dias 20 e 21 de maio, representantes da Seção Sindical de Docentes da UVA (Sindiuva SSind) e do Sindicato de Docentes da Uece (Sinduece SSind) estiveram presentes na Assembleia Legislativa do Ceará para dialogar com parlamentares

e tentar estabelecer uma ponte de diálogo com o governador petista.

Um grande ato em defesa da greve foi realizado, no dia 22 de maio, na Praça do Ferreira, no centro de Fortaleza, para chamar a atenção da

população acerca da pauta grevista. Já nos dias 23 e 24 de maio aconteceu, na Urca, o Seminário por Autonomia e Democracia, que debateu os problemas estruturais da universidade, a permanência e a assistência estudantil, assim como a urgência no debate do processo da Estatuinte nas universidades estaduais do Ceará. As e os docentes da Urca decidiram, no início do mês, pela suspensão da greve.

Bahia

A Semana de Lutas começou com uma intensa agenda de mobilização na Bahia, no dia 21 de maio. O Fórum das Associações Docentes das Universidades Estaduais da Bahia (Fórum das ADs) acompanhou a sessão ordinária na Assembleia Legislativa (Alba), em Salvador, na qual seria votado o projeto de lei que propõe o reajuste salarial de 4% para as servidoras e os servidores públicos estaduais, dividido em duas par-

celas. No entanto a sessão foi encerrada antes da votação. A categoria reivindica um plano de recomposição salarial que recupere as perdas salariais dos últimos nove anos, que representam quase 50%.

Em 22 de maio, a mobilização continuou nas universidades, com panfletagem, visitas às salas de aula e entrevistas em rádio. No dia seguinte (23), as e os docentes voltaram à Alba para exigir o pagamento retroativo do reajuste salarial à data-base, conforme

de 10,05%. As universidades estaduais de Campinas (Unicamp) e Paulista (Unesp) aprovaram.

No dia 21 de maio, docentes, técnicos e técnicas da Universidade de São Paulo (USP) entregaram boletins do Fórum das Seis e do GT Verbas às e aos integrantes do Conselho Universitário, que se reuniu e aprovou um reajuste salarial de 5%, conforme a proposta do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas

(Cruesp). O índice cor-

responde à metade do percentual reivindicado pelas categorias para maio e a menos de um terço das perdas acumuladas desde maio de 2012, que totalizam 17,31%. Na mesma manhã, o Fórum partici-

pou de uma audiência pública na Assembleia Legislativa de São Paulo em defesa da pesquisa científica e contra os cortes no orçamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

“A Semana de Lutas é um momento importante para o Setor das Estaduais, Municipais e Distrital do ANDES-SN, contribuindo para a nacionalização das lutas travadas nas diferentes regiões do país, para que se conheçam mais as pautas e mobilizações que marcam a luta em cada sistema estadual, municipal e distrital de ensino superior, em torno de salário, carreira, orçamento, condições de trabalho, concursos públicos, e autonomia universitária, entre outros temas fundamentais da luta sindical docente”, avaliou Gilberto Calil, 1º vice-presidente da Regional Sul do ANDES-SN e da coordenação do Setor das lees/Imes/Ides.

UNIVERSIDADES ESTADUAIS, MUNICIPAIS E DISTRITAL:

QUEM CONHECE, DEFENDE!

previsto no Estatuto do Servidor Público da Bahia.

No dia 24 de maio, o Fórum das ADs reuniu-se com representantes do governo na Secretaria de Educação para tratar do plano de recomposição salarial, prometido pelo governo, mas que não foi apresentado. Uma nova reunião foi marcada para 14 de junho. Do lado de fora, um grande ato público reuniu docentes das quatro universidades estaduais, que paralisaram suas atividades em protesto.

São Paulo

Seções sindicais do ANDES-SN, sindicatos de técnicas e técnicos e representações estudantis das três universidades estaduais de São Paulo, reunidos no Fórum das Seis, realizaram assembleias de base de 16 a 28 de maio para avaliar um possível indicativo de greve das categorias, que lutam por um reajuste



Ato unificado Passos MG / Foto: Isabel Reis (Aduemg SSind)

Debate sobre a greve na Uepa / Foto: Sinduepa SSind

Milhares de manifestantes participaram da **Marcha da Classe Trabalhadora**

Mais de 20 mil trabalhadoras e trabalhadores de diversas regiões do país foram às ruas de Brasília (DF), no dia 22 de maio, em defesa do emprego, de condições dignas de trabalho, além de lutar contra os ataques aos direitos da classe trabalhadora. A revogação do Novo Ensino Médio, das reformas

Trabalhista e da Previdência, da Lei da Terceirização e do Arcabouço Fiscal também foram pontos da pauta.

“Para barrar a precarização, greve geral da educação”, “A nossa luta é todo dia, educação não é mercadoria”, “Trabalhador, olha pra cá, eu estou lutando pra sua filha estudar” foram algumas das palavras de ordem ento-

das pelo bloco da Educação. Docentes dos setores das Instituições Federais de Ensino (Ifes), das Estaduais, Municipais e Distrital de Ensino Superior (Iees, Imes e Ides) marcaram presença na Esplanada dos Ministérios, junto com técnicos, técnicas em educação, estudantes e também com professoras e professores da Educação Básica.



67º Conad do ANDES-SN acontecerá em Belo Horizonte (MG), de 26 a 28 de julho

De 26 a 28 de julho, a capital mineira Belo Horizonte receberá o 67º Conad do ANDES-SN. O evento acontecerá no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG), com organização do Sindicato de Docentes do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Sindcefet/MG - Seção Sindical do ANDES-SN).

Instância de deliberação da categoria docente, o evento terá como tema central "Fortalecer o ANDES-SN na luta por orçamento público, salário e em defesa da natureza". De acordo com Francieli Rebelatto, secretária-geral do ANDES-SN, o tema foi escolhido a partir do contexto de várias lutas da categoria docente, em especial, a greve federal da Educação e das universidades estaduais e como essas lutas estão relacionadas à disputa do fundo público para melhores condições de trabalho e de vida da categoria e da Educação como um todo.

"Ao mesmo tempo, o Conad acontecerá em Minas Gerais, um estado muito afetado pelos impactos da mineração, da exploração desenfreada dos recursos naturais e que assistimos vários desastres ambientais que são fruto deste processo de degradação da natureza (nos mais diversos aspectos), por isso não poderíamos deixar de nos posicionarmos na perspectiva da defesa da natureza e da vida", acrescentou

O 67º Conad terá como tarefa a atualização dos planos de lutas gerais e dos setores do ANDES-SN, aprovados durante o 42º Congresso realizado este ano em Fortaleza (CE), e também deliberar sobre as questões organizativas e financeiras, como a aprovação das contas da entidade e do local do próximo Conad.

"A expectativa é que possamos, no 67º Conad, não só realizar um bom balanço e reflexão dessas greves, mas também avançarmos no sentido de construir alternativas para fortalecermos o ANDES-SN como instrumento histórico da nossa classe,

aquele que pela sua capilaridade nacional articula as mais diversas lutas a partir dos municípios, estados e contexto nacional. Além disso, reconhecer a ferramenta da greve como aquele que segue conseguindo mover os governos e tensionar o debate público. Ademais, seguir avançando no debate sobre nossa carreira e suas manifestações no setor das federais e estaduais. Temos muito trabalho pela frente", ressaltou a secretária-geral do Sindicato Nacional.

Caderno de Textos

As seções sindicais e docentes sindicalizadas e sindicalizados têm até o dia 24 de junho para enviar contribuições ao Caderno de Textos do 67º Conad. Os materiais devem ser remetidos ao email secretaria@andes.org.br e irão embasar as discussões e deliberações do encontro.

Em circular encaminhada às seções sindicais com as orientações, a diretoria ressalta que, conforme deliberação do 42º Congresso realizado este ano em Fortaleza (CE), não haverá mais Anexo ao Caderno de Textos. Encerrados o prazo previsto para a composição do Caderno de Textos, qualquer novo texto só poderá ser submetido à discussão na plenária de Instalação.

Credenciamento

O credenciamento para o 67º ANDES-SN é prévio e digital e

poderá ser feito a partir de 14 de maio até 2 de julho de 2024. Os documentos devem ser enviados exclusivamente por meio de formulário próprio.

Confira a Circular nº 160/2024 com as orientações sobre formatação dos textos e também das inscrições.

Acesse ao formulário de credenciamento ao 67º Conad:



Acesse a Circular nº 160/2024 do ANDES-SN:



Protestos em solidariedade ao povo palestino tomam universidades do mundo inteiro

Países reconhecem Estado palestino e pressionam Israel pelo fim da guerra

Segundo dados da rede de notícias Al Jazeera, divulgados no dia 27 de maio, mais de 36 mil palestinos e palestinianas já foram mortos na Faixa de Gaza, desde os ataques do Hamas contra Israel em 7 de outubro. Dessas, mais de 15 mil são crianças. Cerca de 80 mil pessoas foram feridas e 10 mil estão desaparecidas. Além das mortes, palestinos e palestinianas estão sem moradia e alimentação e muitos estão se deslocando para outras partes da Faixa de Gaza para fugir dos bombardeios, que não

presos. O dia com mais prisões foi 30 de abril, quando cerca de 400 manifestantes foram detidos.

Na Universidade de Columbia, estudantes organizaram um acampamento pacífico no gramado de um dos campi, protestando contra o investimento financeiro contínuo da universidade em empresas que beneficiam o *apartheid* israelense, o genocídio e a ocupação militar da Palestina. A polícia reprimiu o protesto e mais de 100 estudantes foram detidos.

Eventos semelhantes ocorreram no Instituto de Tecnologia de Massachusetts, no Emerson College, na Universidade do Texas em Austin, na Universidade de Michigan e

College, em Boston, um grupo de 100 manifestantes foi preso durante um protesto pró-Palestina.

No início do mês de maio, dezenas de estudantes da Universidade Nacional Autônoma do México (Unam), a maior do país, acamparam em protesto contra a ofensiva militar de Israel.

No Brasil, na Universidade de São Paulo (USP), alunas e alunos pró-Palestina e contra os ataques de Israel à Faixa de Gaza ficaram acampados do dia 7 ao dia 9 de maio na instituição. Além de defender o fim da guerra na Faixa de Gaza, as e os estudantes da USP pediram o fim de vínculos da instituição com os centros de pesquisa e universidades de Israel.

Diversas manifestações, a maioria convocada por estudantes, também foram registradas na Grã-Bretanha, França, Espanha, Índia, Irlanda, Itália, Alemanha, Holanda, Austrália, Japão, México, entre outros países. Em apoio ao povo palestino e para pressionar pelo fim da guerra, o reconhecimento do Estado da Palestina tem ganhado adesão entre países europeus. Irlanda, Noruega e Espanha estão entre as nações que manifestaram apoio oficial à causa palestina, sinalizando um crescente movimento de solidariedade e pressão diplomática contra Israel.

cessam desde o ano passado.

Contra o extermínio de palestinianas e palestinos e pelo cessar-fogo imediato, desde o dia 18 de abril, docentes e estudantes têm realizado protestos em solidariedade ao povo palestino em várias universidades dos Estados Unidos da América (EUA), com o intuito de sensibilizar a comunidade acadêmica e a sociedade em geral. O país é aliado de Israel e, apesar de criticar o elevado número de vítimas civis da guerra em Gaza, autorizou a transferência de bilhões de dólares em bombas e aviões de combate para Israel.

Por se manifestarem contra a guerra, mais de 2,3 mil estadunidenses já foram

na Universidade da Califórnia em Berkeley. Nesta última, a polícia também deteve quase 100 manifestantes após uma ordem de dispersão. Na Universidade de Yale, um grupo de aproximadamente 45 manifestantes foi detido. Estudantes dessa universidade transformaram a sua cerimônia de formatura em uma manifestação de solidariedade com Gaza e contra o genocídio.

Nove pessoas também foram presas na Universidade de Minnesota, após formarem um acampamento. No Emerson

Êxodo da guerra

A Agência da ONU de Assistência aos Refugiados Palestinos (Unrwa) afirmou, no dia 20 de maio, que o êxodo continua em Gaza, com mais de 810 mil pessoas fugindo de Rafah nas últimas duas semanas. A cidade palestina está situada no sul da Faixa de Gaza, na fronteira com o Sinai, no Egito, onde estavam cerca de 1,5 milhão de refugiados palestinos.

A região, que era para ser um “lugar seguro”, não tem sido respeitada pelo governo de Netanyahu. No dia 27 de



maio, um ataque aéreo de Israel a um acampamento na cidade, onde famílias se abrigavam, matou pelo menos 45 pessoas, a maioria crianças, mulheres e idosos.

A agência da ONU para refugiados palestinos condenou a ação, classificando-a como um verdadeiro massacre. “Gaza é o inferno na terra. As imagens da noite passada são mais uma prova disso”, escreveu a Unrwa, no X (antigo Twitter).

O governo brasileiro, por meio do Itamaraty, vem condenando as ações das forças armadas de Israel em Rafah, alegando que essa ação mostra um descaso pela observância aos princípios básicos dos direitos humanos e humanitário. O Brasil pede que todas as partes busquem o diálogo rumo ao cessar-fogo e libertação dos reféns.

Tribunal Penal Internacional

No dia 20 de maio, a Procuradoria do Tribunal Penal Internacional (TPI) pediu que os juízes emitam mandados

de prisão para o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, e os três principais líderes do Hamas, incluindo o ministro da Defesa de Israel, Yoav Gallant. As acusações incluem indução à fome como método de guerra, produção de sofrimento deliberado na população civil, assassinato de civis, ataques deliberados a civis, extermínio de povo, perseguição e tratamento desumano.

Cessar-fogo

No início do mês de maio, o Hamas afirmou que aceitou uma proposta de cessar-fogo elaborada pelo Egito e Catar. Ambos os países estavam intermediando as negociações para um acordo entre os palestinos e o governo de Israel, que estão em conflito na Faixa de Gaza. Entretanto, o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, declarou que a oferta de cessar-fogo do Hamas é uma tentativa de impedir a operação militar israelense na cidade de Rafah, no sul de Gaza.

ANDES-SN em defesa da Palestina

Durante o 42º Congresso do ANDES-SN, realizado no final de fevereiro deste ano, a plenária aprovou por unanimidade a moção de repúdio “Não é guerra, é genocídio!”, exigindo do governo brasileiro o rompimento das relações diplomáticas com Israel e manifestando solidariedade ao povo palestino. A moção foi destinada ao Ministério de Relações Exteriores, ao Congresso Nacional, à Secretaria da Presidência da República, às Embaixadas de Israel e da Palestina, à Federação Árabe Palestina do Brasil e às Secretarias da ONU e da OEA. Ainda durante o congresso, um ato público em solidariedade à Palestina ocorreu na Universidade Federal do Ceará (UFC), que sediou o evento do Sindicato Nacional.

“Mesmo com os protestos nas universidades do mundo inteiro e o mandado de prisão proposto pelo Tribunal Penal Internacional, o governo de Israel continua com o massacre e ameaça desencadear um ataque frontal contra a cidade de Rafah, atitude repudiada até pelo seu protetor, o governo dos EUA. Reiteramos nossa solidariedade com o povo da Palestina, e com a exigência do imediato cessar-fogo e o ingresso de ajuda humanitária para a população da Faixa de Gaza. Reiteramos como nosso congresso deliberou: não é guerra, é genocídio!”, criticou Luis Acosta, 2º vice-presidente e encarregado de Relações Internacionais do ANDES-SN.

Reivindicações

Além das mais de 36 mil vidas ceifadas do deslocamento de milhares de pessoas na Palestina, ataques às universidades e centros de pesquisa também integram a lista da destruição causada por Israel. Segundo a palestina Muna Muhammad Odeh, docente da Universidade de Brasília (UnB), mais de 10 universidades foram bombardeadas em Gaza, resultando na morte de 230 professoras, professores e cientistas. Foram elas: Universidade Islâmica de Gaza, Universidade Al-Azhar, Universidade Aberta Al-Quds, Universidade de Ciências Aplicadas, Universidade da Palestina, Universidade Al-Israa, Universidade de Gaza, Universidade Al-Aqsa, Colégio Técnico Palestino, Colégio de Enfermagem Palestino e Colégio Árabe de Ciências Aplicadas.



Acampamento em Harvard / Foto: Reprodução Instagram @harvardoop

Catástrofe no RS afeta milhões e é resultado da ação do capital sobre a natureza



Foto: Gilvan Rocha / Agência Brasil

As chuvas que atingiram o Rio Grande do Sul desde o final de abril tiveram impactos devastadores. Destruíram cidades inteiras, afetaram o abastecimento de água, comida e energia elétrica. Até 24 de maio, já eram 581.613 desalojados e um total de 2.342.460 afetados.

A catástrofe deixou milhares de pessoas desalojadas, resultou na morte mais de 160 e deixou outras mais de 800 feridas. Centenas estão com suspeita de leptospirose e quatro mortes em decorrência da doença, relacionadas à enchente, já foram confirmadas pelo governo do Rio Grande do Sul.

A chuva não dá trégua e os boletins meteorológicos e hidrológicos apontam para um possível recrudescimento da situação na região no final de maio. As enchentes já são consideradas o pior evento climático da história do Rio Grande do Sul e um dos piores do Brasil.

Os eventos climáticos são inevitáveis no cenário de aquecimento global e mudança climática que afetam o mundo todo. No entanto, seus impactos poderiam ser mitigados ou reduzidos, caso o poder público – nas esferas municipal, estadual e federal – tivesse adotado medidas indicadas por pesquisadores e relatórios sobre a alta probabilidade de grandes enchentes.

Em entrevista à Folha de S. Paulo, o governador do RS Eduardo Leite (PSDB) afirmou ter sido alertado por estudos, mas haviam outras pautas e agendas do governo que foram priorizadas. De acordo com Leite, a agenda que se impunha era aquela vinculada ao “restabelecimento fiscal do estado”.

O presidente do ANDES-SN, Gustavo Seferian, ressalta que a catástrofe que

aflige o povo gaúcho, nesse momento, não é um fato isolado. “É expressão da crise de civilização contemporânea, que solavanca o modo de vida - e de destruição de vida - capitalista, industrial, moderno e ocidental, que em seu auge de sobrevivência se volta com máxima violência ao processo de exploração do trabalho e apropriação das riquezas naturais”, ressalta.

Conforme Seferian, esses movimentos, que se colocam em um compasso cada vez mais intenso e acelerado, acentuam a dimensão ecológica desta crise de múltiplas dimensões, proporcionando que eventos climáticos extremos se tornem cada vez mais frequentes e avassaladores. “Ainda que resultantes de processos diversos e complexos postos no sistema-mundo, as chuvas que hoje inundam largas parcelas do território do Rio Grande do Sul não podem se dissociar de outras tantas que se dão em todo o planeta no momento, nem mesmo daquelas que anualmente desabrigam, soterram e precarizam ainda mais as existências da população brasileira, ou de outros eventos como grandes secas, acidificação dos oceanos, desertificação de florestas e redução massiva de formas de vida: tudo isso resulta da ação do capital sobre a natureza”, observa.

Ação das Seções Sindicais

Para ajudar as e os docentes e toda a população afetada de alguma forma pela catástrofe, as seções sindicais do ANDES-SN no Rio Grande do Sul têm atuado em diferentes frentes. “Neste quadro de catástrofe, que nos pega em meio um movimento paredista, justo e necessária pela recomposição salarial,

das perdas universitárias e a construção de nossa carreira, a greve continuou e, se fortalece e, no Rio Grande do Sul assumiu também um caráter de solidariedade aos atingidos pelas enchentes”, afirma César Beras, 1º vice-presidente da Regional Rio Grande do Sul do ANDES-SN.

De acordo com o dirigente, que é docente da Universidade Federal do Rio Grande (Furg), as seis seções sindicais gaúchas – Aprofurg, Adufpel, ANDES/Ufrgs, Sedufsm, Sesunipampa e Sindoif - prontamente se somaram às ações de solidariedade nas ruas, nos abrigos e diferentes instituições, a partir de serviços voluntários, prestação de serviços, doações e toda sorte de iniciativas solidárias.

“A Regional RS, neste sentido, construiu com as seções ações solidárias unificadas e cotidianas, a partir do aporte de recursos que desse conta do impacto da enchente em cada área respectivas a cada seção, afirmando assim o importante papel das universidades e dos servidores públicos no enfrentamento a esta dura catástrofe”, acrescentou.

O ANDES-SN também orientou suas demais seções sindicais e categoria a fazer doações para as entidades de movimentos sociais, como MST e MTST, que estão na linha de frente no apoio à população atingida. Veja através do Qr Code

Acesse a matéria publicada no site do ANDES-SN:



Municípios afetados: 469
Pessoas em abrigos: 63.918
Desalojados: 581.613
Afetados: 2.342.460
Feridos: 806
Desaparecidos: 65
Óbitos confirmados: 163
Pessoas resgatadas: 82.666
Animais resgatados: 12.440

*dados da Defesa Civil atualizados em 24/05 às 09 horas